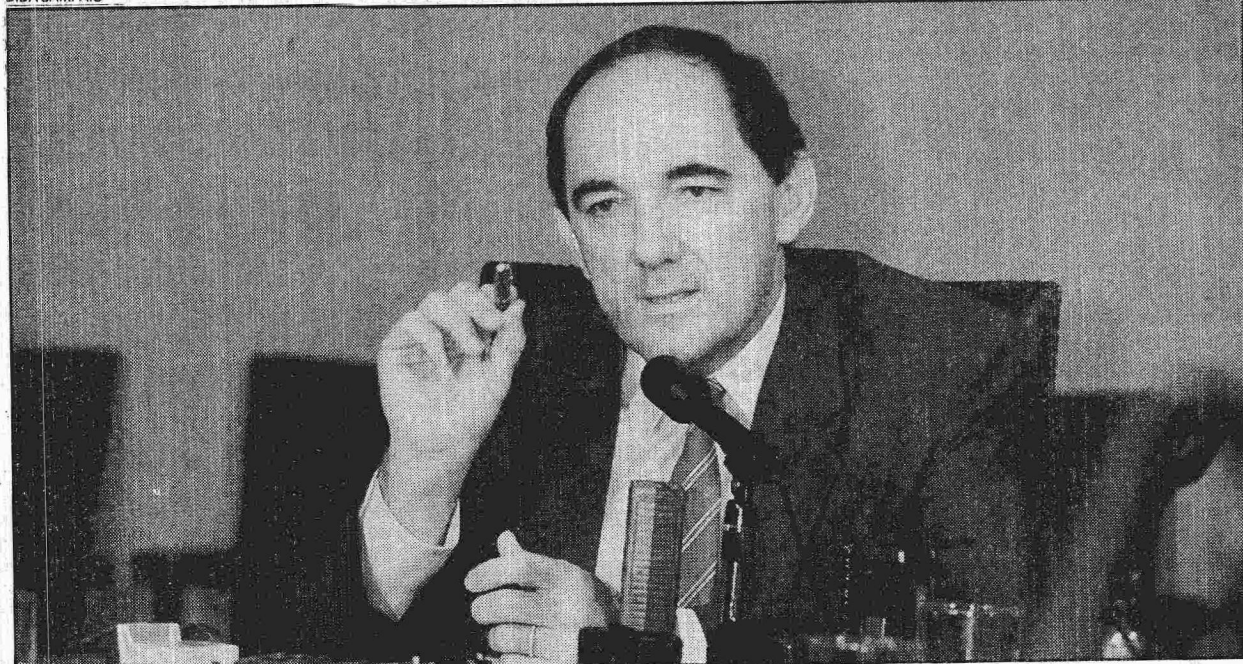


Plano para derrubar inflação está pronto

DIDA SAMPAIO



Winston Fritsch disse que está levando para o FMI o "esqueleto" da desindexação da economia

Ministro começa a negociar com o FMI

Sandro Silveira

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, apresentará ao diretor do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, pelo menos três cenários de conjuntura econômica brasileira para 1994. Isso vai ocorrer devido às várias indefinições relativas ao futuro da economia nacional. O encontro entre os dois acontece amanhã à tarde em Washington (EUA).

Cardoso viaja para Washington aos 15 minutos de amanhã. As indefinições envolvem o ajuste fiscal, o Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 1994, a utilização do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) ano que vem e o futuro do programa de privatização. Estas indefinições foram enumeradas ontem pelo presidente do Banco Central, Pedro Malan.

Pedro Malan garantiu que congelamento de preços não consta de nenhum dos cenários. "Não queremos medidas que produzam resultados que durem dois, três meses, que gerem ilusão", complementou. "Existem muitas variáveis que não estão sob o controle do ministro Fernando Henrique", continuou.

Congresso — "Muita coisa que precisa ser feita depende do Congresso, do Poder Judiciário e de outros setores do próprio Governo", justificou Pedro Malan. Um dos principais assessores do ministro exemplificou: "Não há como saber qual a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre a cobrança do IPMF ano que vem".

Por isso, o Governo não sabe se poderá contar com receita próxima a 4,8 bilhões de dólares ao longo de 1994. O IPMF, até o momento, é ponto perdido pelo Governo Federal junto não só à sociedade, mas também ao Fundo. O diretor do Departamento de Assuntos Fiscais desse órgão internacional, Vito Tanzi, avaliou que o imposto sobre saques ban-

cários não deveria ter sido, sequer, proposto.

Interlocutor de Cardoso reconheceu que técnicos do FMI disseram ser "difícil o órgão digerir qualquer programa de estabilização econômica que preveja déficit". O Orçamento Geral da União (OGU) de 1994 prevê déficit de 20 bilhões de dólares, equivalentes a cinco por cento do Produto Interno Bruto (PIB).

A indefinição quanto ao OGU é total. O que existe é um projeto de lei enviado ao Congresso Nacional, que normalmente o modifica muito. Os parlamentares, tradicionalmente, elevam os gastos, sem previsão de receita para cobri-los, o que aumenta o déficit.

Previdência — Assessor direto do ministro da Fazenda, garantiu que não há intenção de apresentar ao FMI orçamento diferente do enviado ao Congresso. Pedro Malan reforçou dizendo que "o Orçamento, hoje, retrata a realidade e é isso o que quer o ministro". Malan reconheceu que re-

cente decisão do STF cria dificuldades adicionais. O Supremo Tribunal Federal determinou que a Previdência complementa os proventos de todos os aposentados e pensionistas que receberam menos de um salário mínimo a partir de outubro de 1988.

Essa complementação significará custo adicional de pelo menos três bilhões de dólares no já deficitário Orçamento do ano que vem. A Previdência trabalhava com déficit de dois bilhões de dólares para 1994. Agora, ele pode atingir cinco bilhões de dólares.

O ajuste fiscal foi apresentado por Vito Tanzi como precondição para que qualquer política de estabilização apresente resultados. Outro membro do FMI, o argentino José Fajgenbaum, fez afirmação idêntica, há pouco mais de um ano atrás. Quanto a esse tema não há mais do que propostas em estudo e uma realidade política conturbada, que não garante o menor êxito à revisão constitucional.

Missão buscará entendimento

O presidente do Banco Central, Pedro Malan, afirmou que o martelo não será batido neste encontro com o FMI. "Não haverá acordo agora, mas avanços nas negociações técnicas. Vamos buscar um melhor entendimento do Fundo sobre o programa econômico brasileiro".

Malan afirmou que "ao estendermos de novembro próximo para o final de fevereiro o prazo para assinatura de acordos com os bancos credores, definimos novo prazo para acordo com o FMI, que deve ocorrer antes", comentou.

Sem aval do FMI, os bancos privados estrangeiros não assinam o acordo e o Tesouro dos Estados Unidos não emite 2,8 bilhões de dólares em títulos a serem comprados pelo Brasil. Esses títulos servirão de garantia ao pa-

gamento da dívida de 36 bilhões de dólares junto aos bancos credores.

O adiamento foi avaliado pelo FMI, conforme comunicado do diretor-gerente Michel Camdessus, como uma atitude séria do Brasil em direção a um acordo. "O Fundo não viu com bons olhos a possibilidade de emitir um sinal positivo sobre a economia brasileira e assim permitir o fechamento do acordo com os bancos", diz interlocutor de Cardoso.

A atual rodada de negociações com o FMI começou no meio desta semana. O secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, o diretor da área externa do Banco Central, Gustavo Franco, e o negociador da dívida externa, André Lara Resende, já estão em Washington.

Brasília — O plano da equipe econômica para derrubar a inflação e desindexar a economia já está pronto. Pouco antes de embarcar quarta-feira à noite para Washington, onde vai participar da reunião anual do FMI-Banco Mundial, o secretário de Política Econômica, Winston Fritsch, confirmou que o plano da equipe já está fechado. "Estamos levando para o FMI o esqueleto da desindexação da economia", disse. Desindexar significa que não se vinculará a correção de contratos a qualquer índice de preços. O anúncio das medidas depende exclusivamente do melhor momento político, a ser definido pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso.

Um assessor do Governo informou ontem que a equipe econômica tomará "pelo menos meia dúzia de medidas" nas áreas cambial, monetária e fiscal. Uma

parte, destinada a segurar a inflação e avançar no ajuste fiscal, deve ser anunciada ainda em outubro, com vigência imediata — entre as medidas, a nova fase do programa de privatização. A segunda contém propostas a serem analisadas, inclusive na revisão constitucional e se destinam a consolidar o ajuste fiscal e dar a última "paulada" na inflação.

Impostos — Já está certo que o Ministério da Fazenda tentará ainda este ano aumentar a receita tributária para compensar a suspensão do IPMF — em agosto, o Tesouro Nacional voltou a apresentar um grande déficit. A Receita Federal trabalha com várias alternativas a serem levadas pelo ministro Fernando Henrique ao presidente Itamar Franco — vão do aumento puro e simples de aumentos de alíquotas de impostos a atrativos para que devedores

de impostos paguem suas dívidas com rapidez.

Para o ano que vem, a equipe conta com um grande corte no orçamento da União. O mesmo assessor informou que as medidas destinadas a derrubar a inflação e acabar com a indexação da economia passam por mudanças até mesmo na atual lei salarial. Uma corrente da equipe econômica tem insistido com o ministro Fernando Henrique para que proponha logo no início da revisão constitucional a suspensão temporária (por uns seis meses) em todos os incentivos fiscais dados pela União e em algumas transferências constitucionais aos estados e municípios. Seria um choque fiscal para dar fôlego ao Governo na estabilização da economia, mas de grande custo político — teria oposição cerrada de parlamentares, governadores e prefeitos.

Fundo prevê crescimento

Washington — A economia mundial deverá crescer 2,2 por cento em 1993 e 3,2 por cento em 1994, estima o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo o FMI, o número de 1993 deve resultar de um crescimento de 1,1 por cento nos países desenvolvidos e de 6,1 por cento nos em desenvolvimento. Já para 1994, o Fundo prevê incremento de 2,2 por cento nos países industrializados, mas não faz projeção para o das nações em desenvolvimento.

Num informe sobre as perspectivas da economia no mundo em 1993, apresentado ontem em Washington, às vésperas do início da reunião anual conjunta do FMI com o Banco Mundial (Bird), o Fundo assinala que o protecionismo, juntamente com o crescente desemprego na Europa, são fatores que afetam um maior avanço global.

A reunião de outono dos principais organismos financeiros internacionais terá início em meio a ameaças da França de bloquear um acordo na Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (Gatt), por medo de perder mercados para seus produtos agrícolas.

Michael Mussa, analista econômico do FMI, previu, em entrevista à imprensa, que as taxas de juros deverão declinar na Europa, nos próximos seis meses.

O FMI prevê que as economias da Comunidade Européia (CE), maior bloco comercial do mundo atualmente, deverão apresentar crescimento conjunto de 1,6 por cento em 1994, depois de uma contração de 0,2 por cento, esperada para este ano.

O informe projeta, ainda, para o próximo ano, que cerca de 50 por cento do déficit comercial dos Estados Unidos deverão resultar do comércio daquele país com o Japão, especialmente nos setores automotivo e eletrônico.

Impostos vão ter aumento

O ministério da Fazenda poderá reduzir os prazos de apuração e recolhimento de alguns impostos com o objetivo de aumentar a arrecadação a curto prazo. Além disso, estão sendo estudados os aumentos das alíquotas de impostos como o IPI e o IOF e a redução de isenções e incentivos fiscais para cobrir a perda da receita decorrente da suspensão da cobrança do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF). A equipe econômica estuda também a aplicação de novo corte no orçamento deste ano.

Encomendadas a Receita Federal pelo ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a maioria das medidas fiscais em estudo não depende de mudanças na legislação. O ministro recebeu ontem um pacote de alternativas para aumentar a receita tributária nos próximos

meses. Algumas delas só serão utilizadas em último caso devido a seus efeitos inflacionários.

A equipe econômica teme, por exemplo, que o aumento da alíquota do IOF provoque o aumento dos juros. Segundo um assessor da fazenda, a redução do prazo de apuração e de recolhimento de tributos teria um efeito negativo menor sobre os custos das empresas. Esta alternativa depende, porém, de mudanças na Lei 8.383.

Hoje, alguns desses prazos são considerados muito dilatados. No caso do IPI, as empresas têm prazos de apuração entre 15 a 30 dias após o fato gerador. O pagamento efetivo também pode ser feito, em alguns casos, até o último dia útil do mês posterior ao da apuração. Além disso, ainda há o prazo para o repasse pela rede bancária.

Além do aumento da receita, os técnicos do Tesouro Nacional estão trabalhando na criação de alternativas para a realização de novos cortes no Orçamento de 93 — há dois meses já haviam sido cortados sete bilhões de dólares.